

# Castello Branco e Costa e Silva: o Estado Militar e a normalização na caserna

Ronaldo Queiroz de Morais\*

## Resumo

A presente escritura tem como propósito – a partir da divulgação de parte de tese de doutorado defendida em 2009 na USP – historiar a governamentalidade da caserna no Estado Militar, pois a governamentalidade do Estado Militar sobre a própria instituição produziu mudança significativa na corporação. As medidas normalizantes dos primeiros governos militares já apontavam para o saneamento institucional. Em essência, os generais-presidentes buscavam dirimir as condições burocráticas anteriores que permitiam a criação de lideranças político-militares na instituição. Dessa forma, o Estado Militar procurou elaborar estratégias de poder sobre a instituição a fim de alinhar os interesses da nova ordem aos interesses do Exército.

*Palavras-chave:* Exército. Estado militar. Normalização.

Cada época tiene no solo su verdad,  
sino también sus instituciones.

Rorberto Bobbio

A Revolução deve atingir  
profundamente todas as Forças  
Armadas em sua doutrina,  
estrutura e mentalidade.

Arthur da Costa e Silva

## Introdução

Em específico, o Exército Brasileiro, nos governos militares, foi administrado a partir de imperativos formulados para sustentar o Estado Militar durante o processo de modernização conservadora do país, de forma que a instituição foi preparada tanto para, ao longo do regime militar, manter-se no controle do poder do Estado como para

\* Doutor em História Social (USP) e docente de História da Faculdade Cenecista de Osório (Facos) e do Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA). E-mail: ronaldoqueirozster@gmail.com

Recebido em 10/11/2010 - Aprovado em 1º/12/2010  
Publicado em agosto de 2011

se afastar dele em momento apropriado. O regime militar procurou desde os primeiros momentos de governo apartar as instituições militares da política civil para garantir a ordem e excluir a presença da política na caserna. Desse modo, a administração das instituições militares visando à coesão total estava entre as prioridades do Estado Militar. Para assegurar o regime militar foi preciso demarcar a territorialidade do exercício do poder. Uma fronteira foi estabelecida, a qual procurava dividir os militares palacianos, aqueles que ocupavam cargos civis ou de estado, dos militares da caserna, chefes militares do interior da corporação. Os militares palacianos, *grosso modo*, antes de ocupar o cargo, eram imediatamente transferidos para a reserva, ou seja, deslocados dos vínculos institucionais. Os militares institucionais ficavam excluídos da política civil, presos aos regulamentos militares, sub-repticiamente, silenciados e restritos às atividades burocráticas da instituição.

A República Militar de Castello e de Costa e Silva teve de operacionalizar a transformação do Exército com o propósito de colocá-lo a serviço da nova ordem estabelecida. Em substância, julgamos importante, para maior entendimento dessa transformação, o uso do conceito de “governamentalidade” elaborado por Michel Foucault, pois destaca o papel do Estado como elemento de administração; é exercício de poder não sobre coisas, mas como ato de governo sobre os corpos. É a governamentalidade que garante a sustentação do Estado moderno como ente singular de governo sobre a população. Para Michel

Foucault, governamentalidade quer dizer três coisas: primeira, conjunto constituído pelas instituições e por uma estrutura de análise, contabilidade e procedimentos, que permite de forma complexa o exercício do poder sobre a população por meio da economia política e dos dispositivos de segurança; segunda, trata-se da elaboração do saber moderno de longa data em torno dos mecanismos do exercício do governo, o que envolve a soberania e a disciplina; para finalizar, corresponde, da mesma forma, ao resultado de um processo moderno no qual o Estado passou a se encontrar, pouco a pouco, governamentalizado (FOUCAULT, 2006, p. 303).

Com efeito, a operação desenvolvida nos governos militares para tornar o Exército despartidarizado no sentido civil foi resultado de um lento processo de governamentalidade a fim de torná-lo aparato importante de legitimação da nova ordem estabelecida. A historicização desse processo tornou evidente todo o esforço normalizante elaborado pelos governos militares para reduzir ao grau zero a cultura oposicionista militar e militarizar os militares. Contudo, a coesão institucional, imperativo de todo o esforço do Estado Militar, não se efetivou de pronto, a não ser na repetição ordinária presente nos discursos oficiais. Efetivamente, houve tensão político-militar no interior da instituição e no próprio governo. A discórdia militar postou-se como uma realidade, um problema militar, que foi lentamente diminuindo a partir da governamentalização da própria instituição, em termos foucaultianos, da docilização dos corpos da caserna.

## Normalização e coesão na caserna

A normalização é um fenômeno ordinário nas instituições militares. A disciplina dos corpos no Exército requer a elaboração e o uso de normas regulamentares para a normalização das práticas no espaço militar. A normalização está concatenada à disciplina, pois a disciplina, absolutamente, normaliza. Para Michel Foucault, a normalização disciplinar consiste em colocar um modelo perfeito, que é construído, no caso do Exército, em razão das necessidades do Estado Militar e da própria instituição. A normalização disciplinar consiste em procurar tornar os corpos militares próximos ao modelo perfeito apresentado (FOUCAULT, 2008, p. 75). O objetivo de normalização disciplinar no Exército foi o de quebrar o modelo militar anterior, intensificando a disciplina e o profissionalismo, para que houvesse condições de superação da cultura política intervencionista dos militares e da heterogeneidade do pensamento militar em benefício da homogeneidade e da coesão institucional. O projeto militar para o país também se calcava na obtenção da homogeneidade, para o que economia e a segurança eram pontos relevantes (HAYES, 1991, p. 224). A regulamentação minuciosa do estilo de vida militar tem como finalidade intensificar a coesão militar, a lealdade profissional e manter o espírito de marcialidade militar (JANOWITZ, 1967, p. 175).

A rotatividade dos militares no poder fazia parte de uma política militar de combate ao personalismo. Procurou-se

dar preferência ao homem da organização, corpo que traduz os valores e os ideais da instituição, corpo absorvido pela rotina dos regulamentos e totalmente enredado nos mecanismos impessoais da hierarquia militar (COELHO, 2000, p. 166). Todo esforço de normalização disciplinar, em boa parte, restringiu-se ao corpo de oficiais, pois a base da instituição militar repousa no oficialato. O chefe do Estado Maior do Exército, general Décio Palmeiro de Escobar, no governo de Castello Branco, pronunciou, em discurso público, o conhecido aforismo militar: “Vale um Exército o que vale seu corpo de oficiais” (BANHA, 1984, p. 169). No modelo perfeito de militar não comportava a política civil, visto que gera a discórdia militar e enfraquece o Exército. O chefe do EME impõe ao militar da ativa a adequação à norma, o deslocamento do militar da política civil. Segundo o general: “Da política partidária ou facciosa, que desune e, portanto, enfraquece a autoridade e a força de que carece o Exército, deve o militar da ativa fugir” (BANHA, 1984, p. 168). Para Alain Rouquié, o Brasil depois de 1964, com sua sucessão política organizada de generais presidentes, sem dúvida, representa o paradigma perfeito do exercício da impessoalidade no poder, caracterizando e legitimando o Estado Militar (ROUQUIÉ, 1984, p. 221).

A normalização impõe a vontade de disciplina, que por definição procura regulamentar tudo. De fato, a disciplina não deixa escapar nada (FOUCAULT, 2008, p. 59). Num primeiro momento, a premência dos expurgos, a exclusão dos corpos “anormais”, foi decisiva para a normaliza-

ção disciplinar dos demais corpos militares de acordo com o modelo perfeito de militar. O ministro da Guerra, general Costa e Silva, em 7 de outubro de 1964, publicou no *Boletim do Exército* uma síntese das ações político-militares desenvolvidas por ele no órgão. As medidas adotadas sobre a instituição se dividiam em duas fases: a iniciada com a deposição de João Goulart, que se caracterizava pelo afastamento da atividade militar dos corpos comprometidos com o governo anterior, e, por extensão, também envolvidos com a subversão comunista e a corrupção, e a que dizia respeito à modernização da estrutura militar, importante para assegurar o espaço no qual os mecanismos de poder pudessem funcionar plenamente. O essencial, para Costa e Silva, o grande objetivo, era a restauração moral e material da pátria. Para isso, devia-se alijar do serviço ativo os militares que de alguma forma representavam a ordem anterior, para que o Exército se integrasse ao projeto normalizante posto pelo Estado Militar.

Para Michel Foucault (2008, p. 75), “[...] o que é fundamental e primeiro na normalização não é o normal e o anormal, é a norma”. Após 1964 houve uma intensificação da valoração da norma militar, e as normas passaram a ser, verdadeiramente, o elemento central dos comandos militares. No discurso de assunção ao comando do IV Exército, o general Lyra Tavares destacou esse aspecto com as seguintes palavras:

Não é, pois, a mim que me cabe escolher e traçar o meu próprio programa de Comando. Ele já está implícito nas normas gerais de ação que regem as atividades do Exército, em todos os escalões. O que

depende de mim mesmo é dar o exemplo em bem cumpri-las. É o que farei em todas as circunstâncias, para ser fiel aos meus deveres e à minha própria consciência.<sup>1</sup>

Com o movimento de 1964, a liderança militar que empolgou o poder político nacional voltou-se para o comando do Estado, o que implicou a imposição de sua concepção de Estado nacional. Guardadas as devidas proporções, algo semelhante aos anos de 1930, em que os militares tiveram de se lançar à construção do Estado e, ao mesmo tempo, desenvolver a institucionalização do papel do Exército (COELHO, 2000, p. 176). Para executar a política militar foi preciso excluir do militar a política civil. Na emenda constitucional nº 9, de 22 de julho de 1964, que versava sobre o processo eleitoral brasileiro, houve um cuidado especial para com a participação dos militares da ativa na política civil. Sintetizando o art. 38, no parágrafo único podemos encontrar a seguinte normalização: são elegíveis os militares que tiverem menos de cinco anos de serviço, desde que excluídos do serviço ativo; já os militares com cinco ou mais anos de serviço, ao se candidatarem, serão afastados temporariamente do serviço ativo; os militares eleitos serão automaticamente, no ato da diplomação, transferidos para a reserva ou reformados.<sup>2</sup> O objetivo fundamental da norma foi o de limitar a presença político-partidária de inclinação civil no interior da caserna.

Os militares perceberam que o caminho mais curto para o efetivo controle do aparato estatal passava, objetivamente, pela caserna (COELHO, 2000, p. 173). A

normalização disciplinar deveria apartar os militares da política e de qualquer manifestação de encontro à ordem estabelecida. A regulamentação era geral, a disciplina não deixava escapar nada. Numa multiplicidade de sujeitos na qual ela deve operar, o caso dos militares da reserva, igualmente, foi contemplado. Em 28 de julho de 1964 houve a publicação de decreto nº 54.062, que normalizava as práticas de livre manifestação de pensamento e o exercício de atividades político-partidárias acerca dos militares da reserva e reformados. Como os regulamentos disciplinares dizem respeito aos militares da ativa, o decreto deixou evidente a liberdade de manifestação política dos militares inativos, desde que não estivessem exercendo atividade funcional na instituição, ou seja, militares reconvidados para o serviço ativo ou atuando politicamente como grupo político-militar confabulando com militares da ativa ou da inatividade.<sup>3</sup> A normalização disciplinar, por certo, rompeu com uma cultura militar de constante influência dos militares da reserva sobre a instituição. O isolamento dos militares da reserva no sentido político-militar, a abreviação do tempo para a reforma e a renovação dos quadros acabaram com as condições que favoreciam o personalismo político-militar, que, amiúde, criava lideranças militares em tempo longo. Desde então, não era mais possível criar lideranças político-militares fora do Estado Militar e do Exército. A partir de 31 de março de 1964, nenhum chefe militar poderia deixar o posto funcional e manter liderança política (SILVA, 1984, p. 417).

Dentro da inclinação modernizadora da instituição militar, em 29 de outubro de 1964 o Ministério da Guerra conquistou a aprovação no Congresso Nacional da lei nº 4.448 de promoções dos oficiais do Exército. A lei tornava mais impessoal as promoções militares, pois os critérios levavam em conta os interesses institucionais. A mudança fundamental foi na promoção por escolha, restrita ao generalato, uma escolha realizada tradicionalmente pelo presidente da República. Contudo, os critérios adotados para a promoção limitaram a escolha pessoal do posto, pois os pontos profissionais foram acentuados para a montagem das listas. O modelo perfeito de militar passou a regular a elaboração das listas; assim, a norma é que regulava a identidade militar, que o aproximava do normal e viabilizava sua ascensão hierárquica. De acordo com o art. 16, para a promoção ao posto de general-de-brigada é fundamental que o coronel satisfaça às seguintes exigências:

- 1) valor moral;
- 2) notória inteireza de caráter, capacidade de comando, chefia ou direção, inclusive para o desempenho de cargos do posto superior; cultura geral profissional em alto grau; ótimo conceito nos meios civil e militar;
- 3) capacidade física indispensável ao exercício das funções do novo posto, verificada em inspeção de saúde prévia, para fins de promoção;
- 4) interstício mínimo de 3 (três) anos no posto.<sup>4</sup>

Após o primeiro ano no Ministério da Guerra, o general Costa e Silva elaborou documento intitulado “A obra revolucionária no Exército”, no qual destaca o impacto

político-militar da nova ordem estabelecida sobre a instituição e o que se pretendia para os próximos anos. De acordo com o documento, depois da turbulência do ano anterior, agora os militares voltavam aos quartéis para prosseguir suas atividades no anonimato. Verdadeiramente, a grande preocupação político-militar foi a de silenciar a caserna em nome da hierarquia e da disciplina, evitando a oposição armada. O general Costa e Silva, em 1964, percorreu o país inspecionando os quartéis para assegurar a coesão. Desde o primeiro ano de intervenção direta dos militares sobre o Estado, vivenciou-se um paradoxo necessário: de um lado, a crescente participação de militares no governo, incrementando a política entre os oficiais gerais envolvidos diretamente com o poder político nacional; de outro, a premência de isolar a caserna, ou melhor, o Exército como instituição fardada, do poder político-partidário. A imagem do militar chefe do Executivo com traje paisano não era uma questão meramente estética, mas representava, absolutamente, a demarcação territorial, a linha que limitava o movimento entre a política civil e a militar. As tensões político-militares no Estado Militar apresentaram-se quando a política militar da caserna, ou advinda dela, transferiu-se para a política civil. Podemos encontrar no documento as seguintes palavras:

Quando em nome da justiça social e das reformas reclamadas pela estrutura do País, procurava o governo deposto alcançar seus objetivos escusos, militares ambiciosos se propuseram a inocular nos quartéis o vírus da subversão e da indisciplina. A animosidade, a desconfiança e

a malquerença começaram a gerar conflitos hierárquicos. Os princípios básicos em que se assentam as forças armadas – a disciplina e a hierarquia – foram atingidos fundamentalmente, as forças de coesão, irremediavelmente comprometidos. O Exército se transformava num partido político de apoio ao programa suspeitamente reformista do governo, para gáudio de poucos e humilhações de muitos. O Reencontro do Exército com sua destinação Constitucional, realizado pelo atual Ministro da Guerra, em apenas alguns meses, é uma obra que por si só consagraria uma administração.<sup>5</sup>

## Guerra revolucionária e ordenamento institucional

A instituição é o lugar de elaboração e validação soberana sobre o verdadeiro e o falso, o bem e o mal, o justo e o injusto, enfim tudo a que se refere seu campo de ação (ALBUQUERQUE, 1986, p. 93). A ação pedagógica do Exército sobre os membros da corporação formulava os juízos ideológicos tendo como referência a guerra revolucionária e, conseqüentemente, o perigo comunista. No meio militar houve ampla divulgação doutrinária sobre a ameaça da guerra revolucionária no Brasil. A publicidade entre os militares passou a ser total na instituição após 1964 – utilizaram-se todos os meios disponíveis para ampliar as informações. No *Noticiário do Exército*, por exemplo, a partir de maio de 1965, no espaço destinado à cultura geral e profissional, apresentou-se um conjunto de publicações denominadas “Ações educativas contra a guerra revolucionária”. O anticomunismo militar passou a colocar-se ex-

clusivamente na esfera belicosa na medida em que a esquerda política SE encontrava alijada do poder, ou seja, não havia mais o inimigo político de esquerda. A mobilização da tropa passou a se localizar, absolutamente, na ameaça belicosa da ordem, advinda dos grupos políticos de esquerda. Como a guerra revolucionária também se reporta à esfera ideológica, antes de se tratar do conflito bélico propriamente dito, foi oportuno intensificar as ações educativas no corpo da tropa. O tenente-coronel Osmar Paranhos, responsável pelo texto, destacava que para efetivar as ações educativas seria necessário:

- 1) Ações que se destinam à formação da mentalidade cívica (mais propriamente denominado espírito civil): palestras, conferências, festividades cívicas etc.
- 2) Ações que se destinam à formação da consciência do grupo e do “espírito de corpo” (Espírito Militar): atividades esportivas, ordem unida, culto às tradições militares etc.
- 3) Ações que se destinam à formação da personalidade do cidadão e do patriota: ações psicológicas e educação moral e cívica.<sup>6</sup>

De todas as ações, a psicológica deveria ser, segundo Osmar Paranhos, intensamente desenvolvida nas Forças Armadas. A concepção de uma instituição militar como máquina doutrinária anticomunista diante da iminente ameaça belicosa foi o tom do texto publicado no *Noticiário do Exército*. Segundo o documento:

O Serviço Militar tem, realmente, o mérito de realizar uma penetração social única em seu gênero, que concretiza a unidade nacional melhor do que qual-

quer outra instituição. As qualidades que o Serviço Militar pode desenvolver (disciplina, sentimento de solidariedade, etc.) contribuem por si só, para criar um terreno propício a uma Ação Psicológica eficaz [...]. A Ação Psicológica no seio do Exército pode nestes domínios, remediar parcialmente as deficiências das outras instituições [...].<sup>7</sup>

Avaliando retrospectivamente, o anticomunismo por meio da doutrinação da guerra revolucionária produziu efeitos mais consistentes sobre a tropa permanente; as escolas militares foram mais eficientes na construção da mentalidade militar pós-64 do que os quartéis sobre os recrutas. O anticomunismo foi, paulatinamente, restringindo-se às Forças Armadas, sendo objeto de preocupação dos militares profissionais. O *Noticiário do Exército* (NE) no espaço “Cultura Geral e Profissional”, a partir de agosto de 1965, passou a publicar um conjunto de textos, fruto de palestras proferidas no Estado-Maior do Exército, denominadas “Técnicas e Táticas Revolucionárias Usadas Contra a Democracia”.<sup>8</sup> Tratava-se de um verdadeiro manual a respeito da guerra revolucionária, difundido por meio de circulação de massa no interior da caserna. Além dos manuais utilizados, amiúde, nas instruções no corpo da tropa e nas escolas militares, utilizavam-se de todos os meios de informação existentes para a divulgação da guerra revolucionária. Esse novo tipo de conflito a partir da década de 1950 era uma realidade militar, pululavam aqui e acolá exemplos contundentes de ameaça. Contudo, não podemos restringir a noção de guerra revolucionária ao campo meramente be-

licosos, pois a doutrinação militar carrega em si elementos de formação cultural, que formulam identidades e práticas político-militares, no caso do Brasil, a doutrinação contínua da tropa permanente possibilitou o controle militar do anticomunismo político no interior da instituição. No Estado Militar a coesão no Exército foi construída a partir do controle institucional sobre o anticomunismo, oficializando-o como discurso. A utilização da guerra revolucionária como doutrina deslocou o anticomunismo para os escalões superiores.

A guerra psicológica, integrante da guerra revolucionária, também foi amplamente divulgada no *Noticiário do Exército* (NE). A partir de outubro de 1965 houve uma série de publicações de autoria de Antonio Carlos Pacheco e Silva acerca da ação da moderna psicologia como elemento de guerra.<sup>9</sup> A preocupação militar com o controle da opinião pública por parte dos contrarrevolucionários fez do espaço político no Estado Militar um ponto sensível à defesa da ordem. De acordo com o autor,

[...] a guerra psicológica diverge conforme o caso. Não se pode assim, pretender adotar idênticos processos contra povos diferentes. O engenho humano é fértil na utilização dos meios de engodo, e os elementos de que dispõe hoje para agir sobre a mente humana, para cindi-la, desintegrá-la, anular a vontade, tolher a iniciativa e implantar o pânico, não tem por assim dizer limites.<sup>10</sup>

No Regulamento da Academia Militar das Agulhas Negras (R-70), publicado no *Boletim do Exército* em 19 de novembro de 1965, foi dada maior evidência ao currículo que tratava da guerra revolucionária

para o terceiro e quarto ano. Consoante o documento, no 3º ano do curso, o objetivo da instrução é o de capacitar o futuro oficial a compreender a guerra revolucionária e a realizar as ações de prevenção e repressão contra a insidiosidade desse tipo de guerra, mediante

- a aquisição de hábitos que garantam comportamento adequado, individual e coletivo em todas as situações, de acordo com os padrões estabelecidos para o Exército;
- a assimilação de conhecimentos sobre tipos de ação, atuações psicológicas, ações preventivas e repressivas e casos históricos;
- o desenvolvimento de atitudes favoráveis à integração do futuro oficial nos problemas intrínsecos da Guerra Revolucionária, em face de sua permanente importância como fator básico para a segurança nacional.<sup>11</sup>

Já no 4º ano do curso da Aman, a instrução a respeito da guerra revolucionária para os cadetes objetivava capacitá-los para a compreensão dos aspectos doutrinários e psicossociais desse tipo de conflito, mediante

- a aquisição de hábitos de análise das doutrinas sociais antagônicas, para melhor entender a importância dos postulados democráticos;
- a assimilação de informações sobre a Democracia e o Comunismo – doutrinas sociais antagônicas e os direitos humanos – concepção democrática e comunista;
- o desenvolvimento de atitudes que vissem a situar o futuro oficial no quadro da conjuntura democrática do País.<sup>12</sup>

Foi dado um caráter pedagógico ao anticomunismo militar. Nada diferente do



período anterior a 1964, contudo o sentido pedagógico foi deslocado. No governo de João Goulart a preocupação concentrou-se em demonstrar que a guerra revolucionária havia empolgado o Estado brasileiro. No Estado Militar pós-64 todo esforço foi no sentido de afirmar que a nova ordem deveria estar preparada para uma ameaça comunista advinda dos desalojados do poder. O *Noticiário do Exército* (NE), por exemplo, além das publicações em torno da guerra revolucionária, didaticamente, ofereceu aos seus leitores o conceito de “criptocomunista”, utilizado, amiúde, como ferramenta anticomunista com o propósito de identificar e alertar as formas sorrateiras de infiltração comunista. De acordo com o documento, os “criptocomunistas” são os

[...] que se infiltram, hábil e insidiosamente e depois de conquistados, atraem ou aliciam outros “camaradas” que se disseminam sub-repticiamente em todos os setores da administração pública: repartições, chefias, comunicações, transportes, autarquias, associações de beneficência, magistério, etc.<sup>13</sup>

A ordem do dia referente a 27 de novembro de 1965, elaborada por Costa e Silva, destacou que “o Exército estará sempre em vigília atenta, cobrindo a Nação com seu escudo protetor”.<sup>14</sup> A ideia de uma tradição anticomunista foi amplamente enfatizada pelos chefes militares. Nessa mesma ordem do dia, o ministro da Guerra disse que as Forças Armadas “estavam presentes em 1964 e em 1935; presentes continuarão elas, sempre, na preservação da democracia, da paz e da tranquilidade

de que necessitamos para trabalhar e progredir”.<sup>15</sup>

Como chefe da delegação brasileira na VI Conferência de Chefes dos Exércitos Americanos, o general Aurélio Lyra Tavares proferiu palestra em Lima (Peru), onde concentrou esforço intelectual no “Combate ao Comunismo nas Forças Armadas”. Para o combate ao comunismo, o ponto fundamental destacado na palestra do general estava na adequação do corpo institucional militar aos princípios anti-comunistas de entendimento estratégico e tático da guerra revolucionária. De acordo com o palestrante,

o aspecto essencial preponderante do problema do combate ao comunismo na Força Armada é de ordem espiritual. É ainda mais importante esclarecer e fortalecer o espírito do homem, para dar-lhe a convicção ideológica necessária ao verdadeiro defensor da democracia, do que simplesmente a capacidade e as armas de combatente, sem preservá-lo contra a influência da catequese e outras influências capazes de transformá-lo num inimigo da democracia.<sup>16</sup>

De fato, foi fundamental a compreensão de que a instituição militar é a estrutura de força e de espírito destinada a proteger o país do comunismo internacional. A condição imperativa para isso encontrava-se no impedimento da infiltração comunista nas Forças Armadas. A instrução militar permanente, a formação e seleção de instrutores identificados e capacitados para a doutrinação institucional são elementos da maior relevância, além da escolha criteriosa da matéria-prima civil.

## Anticomunismo controlado e docilização na caserna

Houve um deslocamento no anticomunismo militar no Estado Militar. Do anticomunismo doutrinário, realidade institucional desde 1937 no Exército, passou-se para o anticomunismo controlado. Significou a total institucionalização, ou melhor, a centralização do discurso anticomunista militar no topo da hierarquia. O anticomunismo militar passou a ser controlado pelo Estado Militar. Por meio do anticomunismo militar as forças militares oposicionistas que exigiam maior radicalização conservadora, amiúde, se apropriavam da luta contra o comunismo para fazer pressão político-militar.

O anticomunismo militar não representou apenas combate à subversão de esquerda, mas também o jogo discursivo da manifestação do descontentamento político dos setores militares. Militares radicais anticomunistas, de concepção truculenta para com os problemas políticos nacionais, impregnavam-se de anticomunismo para pressionar o governo; sem estruturação hierarquizada, colocavam a ideologia política acima dos valores militares. De acordo com a memória do general Gustavo Moraes Rego: “Assim é que a hierarquia foi, não raro, atropelada pela exaltação e sofreguidão ‘revolucionária’, com estragos quase sempre graves e conseqüências insanáveis ou de longa repercussão” (D’ARAÚJO; SOARES, 1994, p. 54). O controle sobre a utilização do anticomunismo como meio de pressão político-

militar foi medida necessária para manter a hierarquia militar.

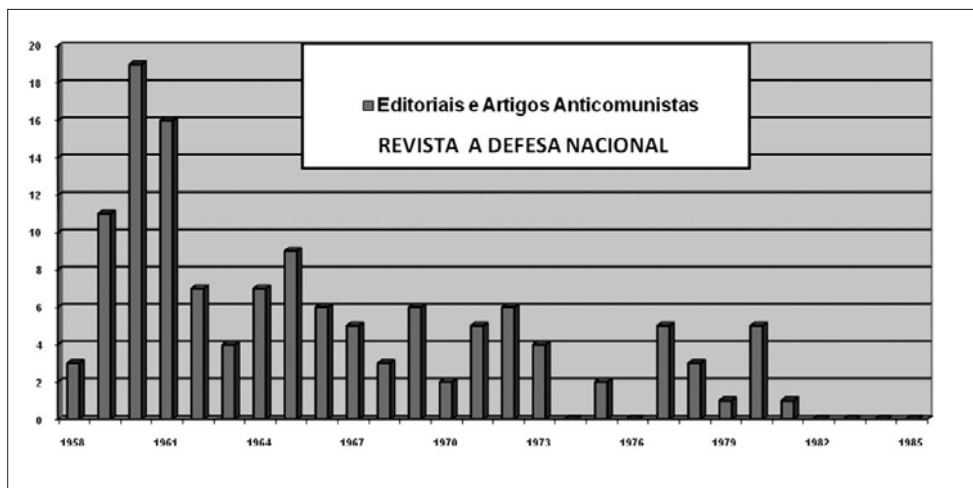
Os militares no governo não poderiam mais conviver com o anticomunismo aberto para uso de todos. Na medida em que ameaçava a disciplina militar, mantinha na tropa a confusão e a ausência de uma linha divisória entre a política civil e a militar. Era preciso controlar e centralizar no alto comando a circulação dos discursos anticomunistas. O comunismo passou a ser na tropa, exclusivamente, o inimigo de guerra; portanto, o anticomunismo estava restrito aos discursos dos chefes e aos manuais de guerra revolucionária. Essa restrição foi fundamental para manter a instituição subordinada ao Estado Militar. De toda oposição possível, sem dúvida, a do interior da caserna era inadmissível, insuportável, verdadeira ameaça à ordem militar.

Como não há normalização disciplinar sem resistência e, por conseguinte, tensão, o controle das publicações militares que indicavam artigos anticomunistas por parte do Estado Militar gerou resistência. Por décadas, pronunciar-se contra o comunismo era pontuado como um dever militar; contudo, num contexto de crescente normalização militar, o anticomunismo passou, ainda, a representar manifestação política no interior da caserna. A revista *A Defesa Nacional* marca essa tensão nos seus editoriais e no fluxo dos artigos anticomunistas publicados. Realmente, houve pressão dos militares palacianos no sentido de reduzir as publicações da revista a assuntos puramente técnico-militares. Houve a resistência dos editores com o objetivo de persistir na publicação de artigos anticomunistas. Em 1966 o editorial enfa-

tiza a posição da revista: “Frisamos que *A Defesa Nacional* não se desviará, nem um nada, de uma intransigente atuação anticomunista.”<sup>17</sup> Os militares responsáveis pela revista reagiam ao que definiam como “tendência malévola” de se confundir posição anticomunista com posição política. De acordo com os editores,

nunca aceitamos, nem aceitaremos que uma Revista com o passado, com a tradição da nossa, seja amordaçada na sua virilidade brasileira, sob o falso pretexto de que atacar o comunismo – onde, como e quando ele se apresente – seja o mesmo que intrometer-se na política nacional.<sup>18</sup>

No entanto, podemos perceber no gráfico exposto, uma queda significativa no fluxo das publicações dos artigos anticomunistas a partir dos governos militares.



A partir de 1958, momento em que a revista começou a enfatizar a luta anticomunista, até 1964, contexto de início da ação político-militar na esfera civil, tivemos um fluxo de 67 escrituras de matiz anticomunista (ou seja, em sete anos), o que pontua, em média, 9,5 escrituras por ano. Nos anos de 1964 até 1985 (no efetivo governo militar) o número de artigos e editoriais anticomunistas foi de 63 textos publicados, ou seja, em 21 anos tivemos, em média, 3,0 escrituras publicadas por ano. Em substância, nos governos militares houve uma considerável baixa nas pu-

blicações anticomunistas, especialmente a partir de 1966, contexto de pressão político-militar objetivando a restrição da revista a assuntos puramente profissionais.

Sustentar o Estado Militar passava a ser a mais importante missão das Forças Armadas. Se contabilizarmos o processo de normalização disciplinar no Exército como resultado contundente, por certo teremos a história da criação de mecanismos de produção e de defesa do aparato estatal. Conforme Alain Rouquié, “é verdade que os militares brasileiros não defendem a causa do povo, mas defendem acima de tudo

a do Estado” (ROUQUIÉ, 1984, p. 337). A Constituição de 1967, no que se refere às Forças Armadas, já em seu art. 1º definiu como papel fundamental do aparato coercitivo nacional garantir os poderes constituídos, a lei e a ordem. O compromisso das instituições no Estado Militar estava concentrado na nova ordem estabelecida, havendo espaço limitado para a hermenêutica jurídica – interpretar a lei *per se*, tão comum e condensada na expressão “no limite da lei”. Outro ponto importante na nova Constituição estava na normalização da ocupação dos cargos públicos por militares, deslocados da função. Os militares que optassem por atividades fora da instituição militar, se de forma permanente, seriam transferidos para a reserva; os que ocupassem cargos temporários teriam prejuízos em suas carreiras. Foi uma ação normalizante com a intenção de evitar ambições paisanas no meio militar.<sup>19</sup>

## Normalização na caserna, segurança e desenvolvimento

É importante salientar que até mesmo a instituição militar, o Exército, sofreu sísmica tremura; em novembro de 1968 os capitães da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) manifestaram-se moderadamente censurando a política do governo Costa e Silva. Não foi um evento planejado de quebra de hierarquia, mas o resultado do chamado “Memorial dos Capitães da EsAO”, de contundente cizânia militar. Nada similar ao ímpeto e às ideias dos jovens paisanos de 68, pois, na verdade, tratou-se de manifestação ordenada

exigindo o aprofundamento das medidas de reformulação do Exército e a adoção de medidas enérgicas contra a subversão. Contudo, a imagem de oficiais intermediários pressionando o Estado Militar, num contexto de crescente pressão popular, intensificou a urgência de medidas duras. O AI-5 também produziu efeitos de maior controle sobre a instituição militar; no art. 6º, que definiu a suspensão das garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade, em seu inciso primeiro contempla os militares nos seguintes termos:

O Presidente da república poderá, mediante Decreto, demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade quaisquer titulares das garantias referidas neste artigo, assim como empregados de autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista, e demitir, transferir para a reserva ou reformar militares ou membros das polícias militares, assegurados, quando for o caso, os vencimentos e vantagens proporcionais ao tempo de serviço.<sup>20</sup>

A normalização do Exército brasileiro, em essência, já estava em andamento desde a década de 1930, com êxito significativo no Estado Novo. A formação dos oficiais a partir de então passou a ser mais rígida no sentido militar. O controle sobre os oficiais intermediários e subalternos (capitães e tenentes) foi intenso. Houve, efetivamente, o silenciamento com a docilização desses corpos. A máquina normalizante do Exército expressa no Regulamento Disciplinar do Exército (RDE) de 1942 ainda continuou com carga total no regime militar – posto que sofreu pequena mudança pelo decreto nº 65.136, de 11 de

setembro de 1969. Foi alterado o art. 17, que envolve a natureza e amplitude das penas disciplinares, com o acréscimo do inciso 5º que amenizou o exercício disciplinar sobre os praças neófitos das coisas da caserna. No art. 34, que tratava da expulsão dos praças por incapacidade moral, isto é, quando há participação em movimento sedicioso ou práticas moralmente ofensivas à dignidade militar, no dispositivo “c” houve o incremento do rigor. De forma que essas foram as mudanças elaboradas no RDE durante o regime militar.

Para Michel Foucault (2008, p. 145), o que há de importante em nossa modernidade não se encontra na estatização da sociedade, mas no que define como “governamentalização” do Estado. Não se trata do grau de estatização da sociedade, pois mesmo a desregulamentação liberal do Estado implica a governamentalização do Estado sobre a população. A normalização como mecanismo de governamentalização do Estado, no caso do Estado Militar brasileiro, caracteriza a complexidade do exercício do poder no sentido de afirmar uma nova ordem. O conjunto de ações normalizantes elaboradas no regime militar traduz a administração política da ordem, pontuando preocupações e limitando ações contrárias ao exercício do poder. O decreto-lei nº 898, de 29 de setembro de 1969, exemplifica e aprofunda o rigor em torno dos “crimes contra a segurança nacional e a ordem política e social”, de forma que a oposição armada, advinda da guerra revolucionária ou psicológica, passou a ser, nos casos extremos, penalizada com a prisão perpétua ou pena de morte.<sup>21</sup> Mesmo

não sendo aplicada, de fato, nos governos militares, certamente, a normalização da pena capital no país demonstra o tom de gravidade que o Estado Militar concedia à sublevação da ordem política e à ameaça da segurança nacional.

O binômio segurança e desenvolvimento vislumbrado como doutrina presente na própria governamentalização do Estado Militar deve ser identificado como prática geral de poder. Em tal perspectiva, o objetivo encontrava-se no fortalecimento do Estado, a fim de neutralizar as tensões sociais, suprimir o dissenso político e possibilitar, sem obstáculos, o desenvolvimento econômico. Como o desenvolvimento, primeiramente, implicava segurança, a governamentalização, numa concepção verticalizada de poder, significava tomada de decisão, eminentemente, militar. Embora à paisana, a formulação e a direção da política nacional deveriam estar ao encargo do general-presidente (DREIFUSS; DULCI, 1984, p. 96). Por certo, o desenvolvimento geral do país passou a ser de interesse estratégico militar.

A reforma institucional na esfera militar, além da questão exclusivamente técnica, igualmente interferiu no fechamento do território militar à ação política de matiz civil. Talvez essa tenha sido a preocupação fundamental da transformação e da modernização militar pós-64. O militar ocupado intensamente com seu ofício, sem dúvida, não tem tempo para o ócio político. Assim, quando questionado a respeito da participação de militares na política civil, o ministro do Exército, general Aurélio de Lyra Tavares, respondeu:

O militar da ativa é inteiramente livre para votar, como também, o é para ser votado. Neste caso, terá que optar pela carreira política, evidentemente incompatível com a profissão militar, inclusive pelo papel que desempenham as Forças Armadas, na garantia da normalidade dos pleitos eleitorais. A sabedoria da legislação revolucionária, em todas as prescrições referentes ao assunto é coerente e inequívoca em estabelecer a incompatibilidade entre as servidões a que está sujeito o militar da ativa e a atividade política partidária [...].<sup>22</sup>

## Considerações finais

Nos dois primeiros governos militares ficou patente a fragilidade da hegemonia do grupo militar dominante. A cizânia militar foi frequente. As pressões de grupos militares sobre o governo, procurando influenciar nas decisões, inviabilizavam a efetiva coesão militar, pois, de fato, ainda havia um resíduo considerável de partidarismo político-militar na caserna. Independentemente da presença no Exército de uma base hierárquica disciplinada, incapaz de desencadear a mobilização de reação à nova ordem, as tensões intramilitares naquela conjuntura política provocavam estrondo capaz de sensibilizar os generais-presidentes. Tratava-se do paradoxo incontornável do Estado Militar, na medida em que o espaço político passou à esfera militar, e era natural a busca de interferência da cúpula militar sobre o Estado. A solução para espantar as crises político-militares estava na criação de tecnologia de poder capaz de sujeitar os militares à política do regime.

A premência do Exército disciplinado era básica para a legitimação do regime. Assim, a busca do afastamento dos militares da ativa das aspirações políticas foi constante na corporação. A total incongruência entre o militar e a política estava presente em grande parte dos pronunciamentos dos chefes militares e dos generais palacianos. As tensões intramilitares apresentadas depois de 1964 eram percebidas pela instituição antes como resultado de baixa profissionalização dos quadros do que de desgaste político da nova ordem. Dessa forma, o reaparelhamento do poder bélico nacional, o encurtamento de tempo no serviço ativo dos militares no posto de general, a intensificação da instrução, o adestramento da tropa, a concentração dos militares nas atividades ordinárias do mister da caserna e o pleno exercício do Regulamento Disciplinar do Exército (RDE) foram algumas das medidas importantes com o objetivo de restringir os militares às atividades antes técnicas do que políticas.

O Exército, após 1964, foi, paulatinamente, assumindo uma dimensão moderna, com a adequação dos meios e dos corpos à realidade contemporânea. A transformação do Exército em instituição moderna deu-se pela coesão militar suficiente na condução do regime e pela normalização necessária à unidade militar. Em suma, a capacidade da instituição militar de estabelecer-se como ator político principal impondo os interesses militares como universais (DREIFUSS; DULCI, 1984, p. 97), garantiu a formação de Estado de sentido, inclinadamente, militar.

# Castello Branco and Costa e Silva: the military state and the normalization in the barracks

## Abstract

The present writing has as objective – after the divulgation of part of the doctoral thesis presented in 2009 at USP – chronicle the governmentality of the barracks under Military State, for the governmentality of the Military State over the institution itself has produced significant changes on the corporation. The normalizing measures of the first military governments had already headed to the institutional sanitation. Essentially, the Generals-presidents searched to settle the previous bureaucratic conditions which permitted the creation of political-military leaderships in the institution. Thus, the Military State searched to elaborate power strategies over the institution in order to align the interests of the new order to those of the Army.

*Key words:* Army. Military state. Normalization.

## Notas

- <sup>1</sup> Noticiário do Exército (NE), 14 de novembro de 1964.
- <sup>2</sup> Boletim do Exército, n. 32 de 1964.
- <sup>3</sup> Boletim do Exército, n. 34 de 1964.
- <sup>4</sup> Boletim do Exército, n. 13 de 1965.
- <sup>5</sup> Noticiário do Exército (NE), 15 de janeiro de 1965.
- <sup>6</sup> Noticiário do Exército (NE), 20 de maio de 1965.
- <sup>7</sup> Noticiário do Exército (NE), 20 de maio de 1965.
- <sup>8</sup> Noticiário do Exército (NE), 5 de agosto de 1965.
- <sup>9</sup> Noticiário do Exército (NE), 2 de outubro de 1965.
- <sup>10</sup> Noticiário do Exército (NE), 5 de outubro de 1965.

- <sup>11</sup> Boletim do Exército, n. 47 de 1965.
- <sup>12</sup> Boletim do Exército, n. 47 de 1965.
- <sup>13</sup> Noticiário do Exército (NE), 14 de agosto de 1965.
- <sup>14</sup> Noticiário do Exército (NE), 27 de novembro de 1965.
- <sup>15</sup> Noticiário do Exército (NE), 27 de novembro de 1965.
- <sup>16</sup> Noticiário do Exército (NE), n. 2117 de 1966.
- <sup>17</sup> Editorial publicado na revista *A Defesa Nacional*, n. 609/set-out/1966.
- <sup>18</sup> Editorial publicado na revista *A Defesa Nacional*, n. 609/set-out/1966.
- <sup>19</sup> Boletim do Exército, n. 10 de 1967.
- <sup>20</sup> Boletim do Exército, n. 1 de 1969.
- <sup>21</sup> Boletim do Exército, n. 42 de 1969.
- <sup>22</sup> Noticiário do Exército (NE), 25 de agosto de 1969.

## Referências

- ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon. *Instituição e poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- BANHA, Paulo da Motta (Coord.). *História do Estado-Maior do Exército*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1984.
- COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. São Paulo: Record, 2000.
- DREIFUSS, René; DULCI, Otávio Soares. As Forças Armadas e a política. In: SORJ, Berj; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares. *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- HAYES, Robert A. *Nação armada: a mística militar brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1991.
- JANOWITZ, Morris. *O soldado profissional: estudo social e político*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1967.
- ROUQUIÉ, Alain. *O estado militar na América Latina*. São Paulo: Alfa/Ômega, 1984.
- SILVA, Hélio. *O poder militar*. Porto Alegre: L&PM, 1984.